

INTRODUÇÃO AO LEGAL DESIGN

VIVIAN ALVES

Copyright © 2023 Vivian Alves
Todos direitos reservados

Autora

Vivian Alves

Advogada e Legal Designer.
Especialista em Direito Civil e Processo Civil.
Especialista em Docência com ênfase em Educação Jurídica. Certificada em Visual Law e em Design Thinking para aplicação em Legal Design pela Escola Brasileira de Legal Design.



Possuo 10 anos de experiência no contencioso e consultivo cível, tanto estratégico, quanto massificado.

Ao longo desse período, tive a oportunidade de atuar em diferentes frentes:

- Assistência jurídica a pessoas vulneráveis;
- Contencioso - representando pessoas jurídicas de grande porte;
- Gabinete judicial;
- Docência.

Essa experiência diversificada me proporcionou um contato com vários profissionais de ramos diferentes e com os diversos problemas enfrentados em todas as esferas do mundo jurídico.

Percebi que as frustrações com a carreira, Judiciário, excesso de trabalho, remuneração incompatível, entre outras não são exclusivas de uma classe. Elas são gerais e abrangem até mesmo profissionais do Direito que são vistos como bem sucedidos e bem remunerados.

Ciente de que era necessário buscar novas soluções, encontrei no Legal Design a mentalidade e as ferramentas necessárias para projetar documentos, produtos, serviços e processos de organização mais satisfatórios, inteligentes, eficientes e humanizados.

O Legal Design é sobre como nós, advogados, magistrados, servidores, professores de Direito, podemos encontrar soluções para o sistema jurídico. Melhorá-lo para os leigos e para nós mesmos.

O Legal Design é sobre soluções que podemos implementar agora. Resultados que podemos entregar agora e não deixar que um novo modelo de negócios ou uma nova tecnologia tire nossos empregos. (HAGAN, Margareth)

Sumário

Introdução

O que é Design?

O que é Design Thinking?

O que é Legal Design?

Como surgiu o Legal Design?

Tipos de Legal Design

Ajustes necessários

Por que trazer o Design para o Direito?

Inovação x Tecnologia x Legal Design

Quem precisa aprender Legal Design?

Como aprender Legal Design?

Em casa de ferreiro, o espeto não pode ser de pau!

Bibliografia e contatos



Click no título da seção e será direcionado à página onde ela se encontra.

Introdução

Este e-book foi elaborado com o objetivo introduzir o Legal Design para aqueles que desejam entender o que é essa abordagem e se é importante se dedicar ao seu estudo antes de investir em cursos e capacitação.

Assim, este material pretende:

- apresentar a base teórica do verdadeiro Legal Design;
- demonstrar como ocorre a sua aplicação prática;
- apontar como a sua aplicação pode melhorar os serviços jurídicos;
- orientar os primeiros passos para o estudo e aplicação do Legal Design.

Desejo uma excelente experiência de leitura e que este resumo seja esclarecedor.

O que é Design?

Muitas pessoas possuem uma visão equivocada do que é o Design. Geralmente confundem com o design gráfico, que é responsável por criar a parte visual de diversos tipos de materiais.

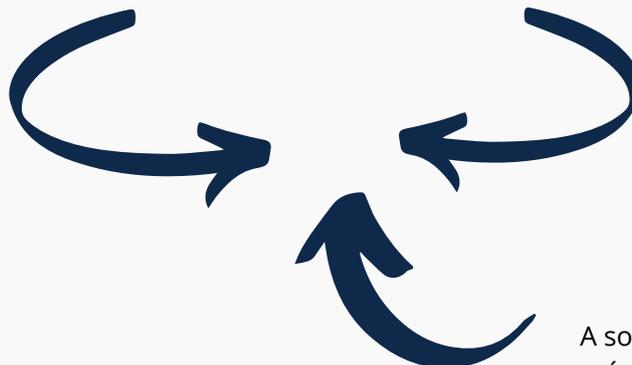
Contudo, o design gráfico é apenas um dos diversos tipos do design, dentre os quais podemos citar o industrial, o de produtos, serviços, interfaces, entre outros.

Assim, é importante entender que design não se reduz à aparência ou à estética das coisas. Na verdade, é uma abordagem que desenvolve projetos objetivando criar soluções para problemas.

Como disse Sagi Haviv, um renomado designer: "todo design é a solução de um problema."

Um bom projeto de design resolve diversas restrições para chegar a uma solução final. Essas restrições podem ser resumidas em 3 (três) aspectos:

VIABILIDADE
A solução provavelmente se tornará parte de um modelo de negócios sustentável?



DESEJABILIDADE
A solução criada faz sentido para as pessoas?

PRATICABILIDADE
A solução é funcionalmente possível em um futuro próximo?

O que é Design Thinking?

Design Thinking está mais relacionado à mentalidade e à abordagem necessárias para criar **soluções centradas no ser humano**.

Essa abordagem foge dos limites de um designer profissional, e pode ser aplicada em qualquer área por um não designer. Ela extrapola o conceito de design para abranger os desafios da sociedade.¹

Design thinking é trazer o design para outros campos² como Educação, Direito, Medicina, etc.

A abordagem do design thinking possui cinco “critérios de orientação”, que organiza o processo de criar soluções:



¹ Design Thinking: Uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias, BROWN, Tim.

² Law by Design. HAGAN, Margaret.

O que é Legal Design?

“Design” e “Direito” possuem uma coisa fundamental em comum: resolver problemas, e a forma de resolução também pode ser semelhante.

A abordagem do Design Thinking é eficiente sobretudo porque visa criar soluções centradas no ser humano.

É a aplicação do Design Thinking no Direito que chamamos de Legal Design.

O objetivo é tornar os serviços e sistemas jurídicos mais humanos, acessíveis e satisfatórios, tanto para os leigos, como para os profissionais do Direito.

Como surgiu Legal Design?

O Legal Design surgiu em 2013, com a criação do Legal Design Lab da Universidade de Stanford/EUA, comandado por Margaret Hagan, advogada e professora da referida universidade.

Importante pontuar esse marco específico e a atribuição de criadora do Legal Design à Margaret Hagan porque:



- Ela criou o Legal Design Lab de Stanford, instituindo a matéria em uma universidade de superior de reconhecimento mundial;
- Ela registrou sua metodologia em um livro (Law by Design);
- Ela cunhou, definitivamente, o termo "Legal Design"



No livro Law by Design, Hagan expõe a abordagem do Legal Design com as adaptações necessárias, os objetivos, os pilares, assim como destaca algumas ferramentas que podem ser usadas na abordagem. Trata-se de uma verdadeira base teórica, testada na prática e sistematizada em um livro.

Tipos de Legal Design

No Brasil, a ideia começou a ser difundida em meados de 2018, e se popularizou com o Visual law, que é somente uma subárea do Legal Design.

A seguir você conhecerá todas as áreas e entenderá que **Legal Design é muito mais que Visual Law.**



- **Design de Informação Jurídica (Visual Law)**

Visual Law é a aplicação de ferramentas gráficas visuais para melhorar os documentos jurídicos. É a adaptação do Design de Informação ao mundo Jurídico.

Esse ramo do design se preocupa com a aparência das coisas. Mas, essa preocupação não é fruto somente do valor estético, mas sim da necessidade de estabelecer uma comunicação clara.

O design de informação não se preocupa apenas com a informação, mas com a forma como ela é dita. Busca harmonizar palavras e imagens.

A aplicação desse design no Direito, ajuda-nos a otimizar a comunicação jurídica, seja entre operadores do direito e leigos, seja entre os próprios operadores do Direito.

A intenção é projetar documentos, explicações, visualizações do Direito, realmente, eficientes.

Considera-se um **documento eficiente**, aquele que gera:

1. **engajamento** - o usuário (destinatário) deseja ler o documento;
2. **entendimento** - o usuário entendi a informação;
3. **orientação** - ajuda o usuário a tomar a melhor decisão.

Em um projeto de design de informação jurídica, geralmente, aplica-se as seguintes ferramentas de design:

Abordagem Legal Design (design thinking adaptado): pensar intencionalmente nas necessidades do usuário e em como supri-las. Isso condicionará o formato e a forma de expor a informação jurídica.

Hierarquia da informação: ferramentas para organizar a informação objetivando a disposição lógica e linear.

Estrutura da informação: ferramentas para estruturar melhor as palavras, as frases e as parágrafos, viansando melhorar a leiturabilidade do documento.

Princípios de design: ferramentas para melhorar a legibilidade e harmonia.

Elementos visuais: ferramentas para facilitar o entendimento da informação. (obs. cada elemento possui uma função específica).

Na prática

Projeto simulado "Citação Compreendida no Juizado Especial"

O projeto foi estruturado através do **"Método 5 pilares do Visual Law"**, nomenclatura que eu uso para demonstrar a utilização das 05 ferramentas citadas no item anterior.

Vamos ver como é o uso delas na prática?

1) 05 fases do Legal Design

Descoberta

No momento de “descoberta” foi simulada uma citação tradicional, momento no qual foi apresentado aos usuários um modelo de documento usualmente utilizado pelo Judiciário.

Assim, foram observadas as reações e os feedbacks dos usuários sobre tal documento através de entrevistas individuais.

Síntese

As informações adquiridas foram sintetizadas em “cartões de insight” e em um “diagrama de afinidades”.

Exemplo de
Cartão de insight



Titulo	Necessidade de Advogado
Tema:	Compreensão/Experiência da Citação
Fato:	Não entendem o valor da causa e se será necessário advogado, e ainda que não seja necessário tendem a procurar um adv, pois não entendem o passo a passo processual.
Fonte:	Entrevista com usuários
Desafio:	Como explicar o valor da causa e a necessidade de adv?

Esse documento é um exemplo simples das várias ferramentas de design que nos auxiliam a identificar e sintetizar as principais necessidades do usuário.

Importante lembrar que a ferramenta adequada varia de acordo com o caso real.

Construção

Foi elaborado o primeiro protótipo do redesign do documento.

Testes

O protótipo construído foi apresentado aos usuários que participaram das entrevistas realizadas na fase de descoberta.

Evolução

Versão final do documento, implementando as informações e feedbacks coletados nos testes com usuários.

2) Hierarquia da Informação

Foi feita uma revisão completa do texto para dispor as informações de forma organizada, lógica e linear. O objetivo foi ajudar o leitor (citando) a perceber no que ele deveria focar em primeiro lugar e a ordem de importância das informações apresentadas.

3) Estrutura da Informação

Foi realizada uma revisão completa do texto para estruturação de frases e parágrafos com maior legibilidade, bem como o uso de diretrizes de linguagem simples, tais como o esclarecimento de termos técnicos.

Tudo isso com a observância da segurança jurídica e do sentido correto.

4) Princípios de Design

Foram utilizadas algumas ferramentas de Design como a alteração da tipografia e o uso de "espaços de respiro" para melhorar a legibilidade do documento.

5) Elementos visuais pertinentes

Foram utilizados "blocos de informação" para simplificar a assimilação dos múltiplos comandos e orientações.

Resultado:

100% de aprovação dos usuários, que ficaram encantados em como foi possível transformar aquele documento tão complexo em algo compreensível. Sentiram-se cuidados e o medo desse desconhecido mundo jurídico foi reduzido.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Poder Judiciário
97ª Unidade Jurisdicional Cível - 97ª JD da Comarca de Belo Horizonte
Avenida A, nº B, Bairro C, BELO HORIZONTE - MG

CARTA DE CITAÇÃO PARA AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO

Assunto: Acidente de trânsito **PROCESSO:** 1000000-00.2022.8.13.0024
Valor da causa: R\$20.000,00 **Juizado Especial Cível de Belo Horizonte**

Autor: FULANO DA SILVA Pessoa que entrou com a ação judicial
Réu: Guilherme Pessoa contra quem o processo é promovido
Pessoa a ser citada: Guilherme

Citação para o processo:

A carta de citação é o ato judicial que tem o objetivo de dar ciência ao réu sobre a existência do processo e dar instruções sobre como realizar sua defesa.

Assim, este documento tem o objetivo de informar-lhe sobre a ação judicial promovida pelo autor conforme descrito no documento que acompanha esta carta de citação.

Intimação para Audiência:

Além disso, através desta carta, você está intimado(a) para comparecer uma Audiência de Conciliação.
Data: 12/08/2022
Horário: 14:30h
Local: Juizado Especial Cível de Belo Horizonte - AVENIDA A, Nº B, BAIRRO C, nesta cidade de Belo Horizonte.

Se não comparecer à audiência, poderá ser-lhe aplicada a pena de revelia, conforme artigo 20, da Lei nº 9.099/95.

Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz.

Entenda como ocorrerá o processo:

Audiência de Conciliação

Autor e réu devem comparecer à audiência;

Comparecendo todos os envolvidos, será realizada uma tentativa de acordo;

O réu deverá apresentar a sua resposta aos fatos indicados pela autor, a não ser que seja determinada uma nova data.

Essa **defesa** poderá ser feita de forma oral ou escrita, e deve ser acompanhada de todas as provas em que se baseia.

Caso a matéria em julgamento verse sobre relação de consumo, poderá ocorrer a inversão do ônus da prova (artigo 6º, inciso VIII, Lei 8078/90);

Audiência de Instrução

Instrução é a realização de outras provas, como depoimento das partes (autor e réu) e/ou testemunhas.

Poderá ocorrer a Instrução e o julgamento do processo na própria audiência de conciliação, desde que não resulte prejuízo para a defesa;

Se não for possível, será marcada uma nova audiência. Nesse caso, as partes e as testemunhas presentes ficarão cientes e intimadas de qual será a nova data.

Caso ocorra a determinação de nova data para audiência, a parte requerida deverá comparecer novamente, sob pena de revelia.

Julgamento

Se algumas das partes não comparecer à audiência de conciliação, poderá haver o imediato julgamento do processo.

Comparecendo as partes à audiência e finalizada a instrução, haverá o julgamento do processo.

As partes serão intimadas quando for proferida a sentença.

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:
(...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

• Design de Produtos Jurídicos

O design de produto objetiva desenvolver ferramentas para resolver necessidades das pessoas ou ajudá-las a melhorarem o desempenho de determinadas tarefas.

Pode ser a criação de uma máquina, de um aplicativo, um site, etc. Enfim, qualquer ferramenta que resolva uma necessidade que não possui uma solução ou que a forma de resolução não é tão satisfatória.

Os aplicativos de carona compartilhada otimizaram a locomoção das pessoas. Os aplicativos de *marketplace* revolucionaram a venda e consumo dos mais diversos tipos de produtos.

Problemas jurídicos temos muitos. Mas, quantos produtos jurídicos você conhece? Os que existem são satisfatórios para otimização da sua rotina diária e para a efetivação de direitos?

Software de gestão, plataformas de assinatura digital e processos eletrônicos são os exemplos mais comuns de produtos jurídicos.



Contudo, você conhece o aplicativo mudamos?

É uma ferramenta criada para assinaturas de leis de iniciativa popular.

Trata-se de um produto que resolve problemas que dificultam a efetivação desse direito garantido pela Constituição Federal, que estabelece os seguintes requisitos:

- precisa-se da assinatura de 1% do eleitorado brasileiro, distribuído por 5 estados, sendo pelo menos 0,3% de cada um desses estados.

Parece pouco, mas isso equivale a muito mais de 1 milhão de pessoas. Então, imagina o custo e a dificuldade de cumprir esses requisitos na prática.

O mudamos é um aplicativo que acaba com essas limitações e garante a efetivação desse direito. Ele é prático e barato, porque pode estar na palma da mão de qualquer brasileiro. E além disso ele é seguro, porque é baseado na tecnologia blockchain.

Esse exemplo serve também para demonstrar que não existe ninguém melhor do que nós, profissionais do Direito, para identificar problemas e pontos de melhorias no mundo jurídico, bem como propor soluções seguras e válidas.

Afinal de contas, a maioria dos leigos sequer conhecem seus direitos e deveres...

• Design de Serviços Jurídicos

Já o Design de Serviço se preocupa com a jornada do usuário. Para tanto, é feito um mapeamento do caminho que o usuário deve percorrer desde o descobrimento do problema até a resolução.

Esse mapeamento é necessário porque o design de serviços se ocupa de como melhorar a experiência de quem usará determinado serviço ou produto.

Refleta:

- Qual é a experiência de um aluno no ensino jurídico?
- Qual a experiência de um leigo no sistema jurídico ou em um escritório de advocacia? Qual é o nível de compreensão que lhes são fornecidos?
- Qual a experiência de profissionais do Direito no Judiciário e nos cartórios extrajudiciais?

• Design da Organização Jurídica

O design organizacional se preocupa com a estrutura e a forma de desenvolvimento dos trabalhos dentro de uma Organização, seja ela pública ou privada.

A organização e os métodos utilizados influenciam no alcance dos objetivos das Organizações em geral.

Por exemplo, imagina se um restaurante *fast food* utilizasse outro método, será que ele alcançaria o objetivo de elaborar um lanche no menor tempo possível?

No mundo jurídico lidamos com uma quantidade enorme de demandas e a tendência é "o mais, por menos". Os chefes, clientes e a sociedade em geral querem cada vez mais trabalho por menos.

Além disso, querem e precisam de respostas mais rápidas.

Portanto, precisamos pensar a organização das Organizações jurídicas de forma mais intencional para produzir o necessário e ter tempo para executar a essência argumentativa e criativa do nosso trabalho.

• Design de Sistemas Jurídicos

O Design de Sistemas é o mais complexo, porque coordena uma grande composição de produtos, serviços, comunicações, processos, interações e pessoas.

Alguns exemplos de projeto de sistemas são a criação ou *redesign* de um tribunal, programa universitário ou escritório.

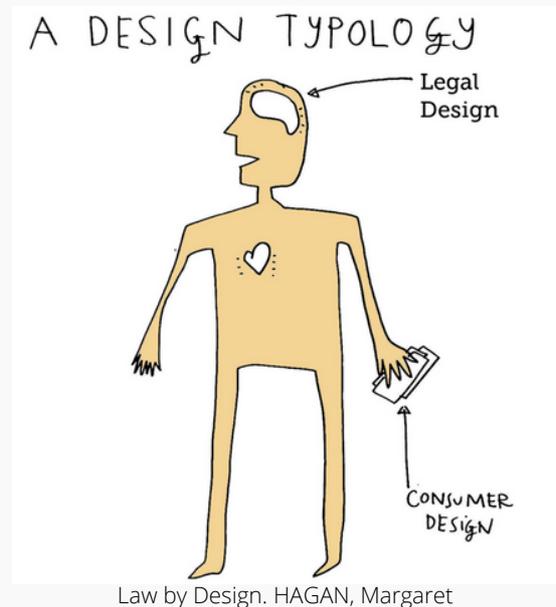
Ajustes necessários

Cada área do saber possui suas próprias peculiaridades e no Direito não é diferente. O mundo jurídico é composto por princípios e requisitos legais, e possui uma função muito clara que é a de pacificação social.

Dessa forma, Hagan identificou que a aplicação do Design Thinking no Direito necessita de certos ajustes.

Em outros campos, o design contribuirá para instigar o consumo.

No Direito, o objetivo primordial é elevar a compreensão, acessibilidade e efetividade do sistema e dos serviços jurídicos.



Ademais, a fim de ilustrar a abordagem do design centrado no ser humano aplicável ao Direito, Hagan uniu as fases de ideação e prototipagem em uma única fase, a qual ela chamou de Construção, bem como incluiu expressamente a fase de Evolução.

A abordagem do Legal Design (Design Jurídico) pode ser representada assim:



Para a aplicação de cada um desses critérios, possuímos diversas ferramentas, sendo que a adequação destas varia de acordo com o tipo de problema enfrentado.

Por que trazer o Design para o Direito?

Você já deve ter percebido, ou ouvido falar que atualmente vivemos em uma economia de experiência.

Se você parar para analisar as empresas que fazem sucesso na sua cidade, no seu país e no mundo, perceberá que elas entregam muito mais do que um produto aos seus clientes. Elas vendem uma verdadeira experiência.

Já parou para pensar por que, hoje, bares que vendem drinks com copos diferentes, recadinhos, ou que possuem espaços *instagramáveis* fazem um sucesso danado?

A resposta é simples: talvez os produtos nem sejam os melhores do mercado, mas eles entregam uma experiência diferente.



Com esses pequenos exemplos percebemos que a escolha de um produto ou serviço, vai muito além do produto em si ou do preço.

Não basta entregar um produto, é preciso proporcionar uma experiência para o consumidor. Isso, sem dúvidas, é um diferencial competitivo.

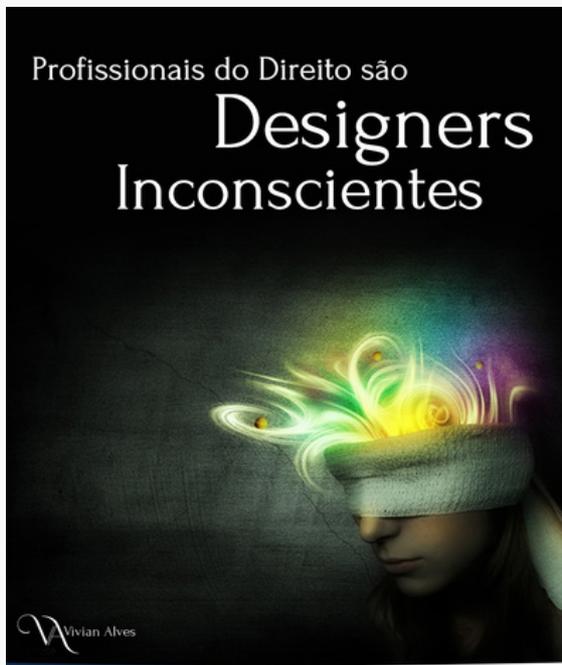
O Direito, apesar de tão tradicional, não consegue mais se esquivar dessa realidade.

Não interessa mais somente o conteúdo técnico, a informação jurídica, a experiência profissional ou se os prazos são cumpridos com diligência. A forma como um resultado é entregue (transparência, eficiência e segurança) é diferencial competitivo.

E é justamente o Legal Design que pode auxiliar um profissional do direito a projetar seus serviços jurídicos, entregando uma experiência jurídica mais clara e satisfatória.

Além disso, e o mais importante, o Legal Design contribui para o acesso à justiça (com “j” minúsculo mesmo), porque a atualização desse conceito demonstra que tal tema expande o acesso ao Judiciário.

Como nos ensina Kazuo Watanabe, o acesso à jus-tiça busca “viabilizar o acesso à ordem jurídica justa”, ou seja, o conceito abrange a compreensão das leis e outras formas legais de se garantir a efetivação de direitos.



Como nos ensina Kazuo Watanabe, o acesso à jus-tiça busca “viabilizar o acesso à ordem jurídica jus-ta”, ou seja, o conceito abrange a compreensão das leis e outras formas legais de se garantir a efetivação de direitos.

No fundo, todo operador do Direito já sabe isso. Somos, na verdade, designers inconscientes buscando resolver o “caos” social.

As pessoas que procuram um serviço jurídico, na maioria das vezes, estão passando por uma situação complicada ou importante.

Problemas na família, na saúde, no trabalho, entre outros. E qual é a experiência que nós proporcionamos a essas pessoas?

Na prática, por vezes, os mecanismos jurídicos que usamos não são capazes de resolver esses problemas efetivamente, ou até resolvem, mas proporcionando uma experiência angustiante, de distanciamento, de muitas dúvidas e demora.

Assim, um dos objetivos do Legal Design é nos tornar designers conscientes.

Refleta: as ferramentas que precisamos para resolver problemas reais não se esgotam no Direito.

Assim, através do Legal Design podemos criar produtos, serviços e um sistema jurídico que auxiliem o leigo a ter uma melhor compreensão do seu problema jurídico e da forma de resolução.

Da mesma forma, busca-se auxiliar os próprios profissionais do Direito para aprenderem e exercerem melhor a sua função, tornando a prática profissional mais eficiente e agradável.

Inovação x Tecnologia x Legal Design

Quando se fala em inovação, inevitavelmente pensamos em tecnologia, especialmente a digital.

Contudo, Design não se confundi com tecnologia digital e não depende desta para criar soluções.

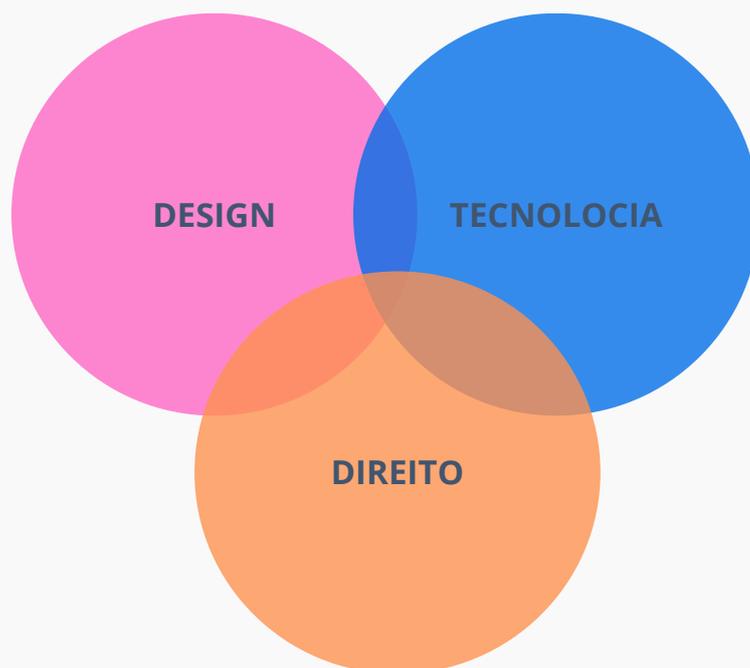
É importante observar que a tecnologia, por si só, não é capaz de levar o Direito para o patamar que a sociedade precisa.

A verdadeira inovação no Direito é fazer o básico que deveria ser feito verdadeiramente desde sempre: colocar o usuário no centro.

Ademais, em um momento em que muito se fala sobre "robô advogado", dentre outras tecnologias, precisamos pensar em como queremos que a tecnologia sirva o mundo jurídico.

Do contrário, corremos o risco de não encontrarmos verdadeiras soluções, mas sim problemas maiores dos quais já possuímos por não colocar o ser humano no centro.

Assim, a abordagem do Legal Design visa a inovação, seja através da tecnologia digital ou não. Mas, sem dúvidas, a tecnologia é um dos pilares que pode nos auxiliar nesse processo de melhoria do sistema jurídico.



Quem precisa aprender Legal Design?

A aplicação do Legal Design visa melhorar o sistema jurídico, tornando-o mais útil, utilizável e humano.

O Sistema Jurídico, por sua vez, envolve uma imensidão de serviços e produtos, dos quais os operadores do Direito são, em alguns momentos, usuários, em outros, prestadores.

Logo, os usuários do Sistema Jurídico somos todos nós, estudantes e professores de Direito, advogados, juízes, funcionários de tribunais, e os leigos em geral.

Afinal de contas, quem é o usuário de um contrato? E de uma petição? De um parecer? Dos softwares dos Tribunais? Dos serviços cartorários? De cursos jurídicos?

Portanto, ainda que você não esteja propriamente interessado em inovação jurídica, perceba que você já é um designer quando:

- elabora documentos jurídicos (petições, contratos, decisões, etc);
- define como e quais serviços vai oferecer;
- organiza seu trabalho.

Ou seja, se você aprender e aplicar o Legal Design, ele o auxiliará a projetar melhor o seu serviço jurídico, ajudando-o a se destacar na sua própria área de atuação.

Agora, caso você queira:

- encabeçar projetos que excedam os limites que o Direito tradicional permite;
- criar novos produtos e serviços para o mundo jurídico

Você ingressará em uma nova carreira jurídica: a de Legal Designer.

Esse profissional precisa se aprofundar mais na abordagem e em outras ferramentas (gestão, tecnologia, etc), bem como desenvolver habilidades como atrair e trabalhar com times interdisciplinares, mapear, sistematizar, organizar e facilitar sessões de criação.

Já os demais operadores do Direito poderão utilizar a mentalidade para melhorar o seu próprio dia a dia de trabalho na função que já exerce.

Em todos os casos, é importante ter em mente que uma habilidade indispensável do Legal Design é o conhecimento jurídico.

Vale lembrar: o design thinking expande o conceito de design para aplicação por não designers, e não o contrário.

Como aprender Legal Design?

O Legal Design não é um destino, mas sim uma jornada!

Não pense que aprenderá Legal Design fazendo um cursinho de um ou 3 dias.

Como te mostrei longo desse livro, o Legal Design possui uma base teórica bem sedimentada. Além disso, é um conjunto de mentalidades e processos que precisam ser treinados e praticados.

Então, indico que você estude e pratique.

- **Livros iniciais e de leitura obrigatória**



Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias.
Autor: Tim Brown.



Law by design. Disponível em:
<https://lawbydesign.co/>
Autora: Margaret Hagan

- **Comunidade The Legal Designer**



A comunidade "The Legal Designer" é o curso de Legal Design mais completo do Brasil.

Foi nessa comunidade que desenvolvi a maior parte do meu conhecimento em Legal Design e hoje tenho a honra de ser **embaixadora em Minas Gerais**, por me destacar como aluna e profissional.

A comunidade é organizada pelo **Mauro Martins Junior**, um dos principais Legal Designers do Brasil. Já desenvolveu diversos projetos de inovação jurídica como *Microsoft Litigation Tracker*, *LGPD Hub*, *Testamento Digital*.

Ajudou a fundar e atuou como *Design Executive Officer* no PK Hub, o centro de inovação jurídica do Pinhão e Koiffman Advogados, um dos escritórios mais admirados em tecnologia e inovação no Brasil.

É sócio fundador do Lawhaus, estúdio de Legal Design e Inovação.

O que você aprenderá na comunidade?

Curso de Legal Design COMPLETO

- Teoria do Legal Design
- Técnicas e ferramentas para todas as fases do Legal Design
- Legal Design de Informação (Visual Law)
- Legal Design de Serviços
- Legal Design de Produtos
- Legal Design de Organização

Aulas ao vivo e gravadas

- Aulas vivo
- Todas as aulas ao vivo são gravadas, editadas e disponibilizadas na área do aluno

Material de apoio

- Todas as aulas têm material de apoio
- Livro "Law by design" traduzido para o português

Sessões de Coaching

- Sessões em grupo de Coaching para Alta Performance com o treinador comportamental Alan Martins
- Alan Martins é uma das maiores autoridades em desenvolvimento pessoal no Brasil, formado e especializado diretamente com Tony Robbins, T. Harv Ecker, Blair Singer e outras referências globais no assunto.

Clube do Livro

- Objetivo: aprender habilidades complementares ao Legal Design
- Encontros online e ao vivo (ficam gravados também)
- O livro é escolhido de acordo com os anseios dos membros da Comunidade.

Grupos de relacionamento e network

- Mostrar seus projetos
- Pedir feedback
- Começar uma parceria
- Fazer amizade
- Pedir ajuda
- Grupos exclusivos no Facebook, WhatsApp e Telegram

Chances de trabalho

- Possibilidade de participar do programa de Embaixadores da EBLD
- Possibilidade de trabalho no estúdio Lawhaus (parceria, estágio, vaga de trabalho)

Mentoria e preparação

- Mentorias quinzenais
- Objetivo: ajudar os membros da comunidade alcançarem suas metas e objetivos
- Modelo de negócios
- Marketing digital



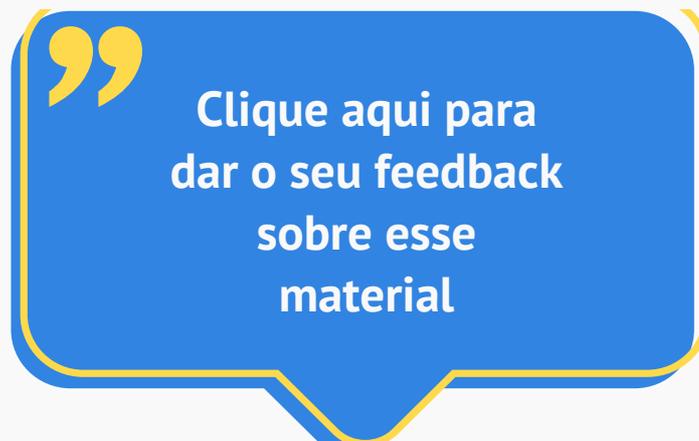
Para fazer parte dessa comunidade incrível
[clique aqui!](#)

Em casa de ferreiro, o espeto não pode ser de pau!

Já ouviu esse ditado?

Como legal designer, eu me comprometo a ouvir a voz dos usuários desse e-book. Quero suprir suas dúvidas e evoluir esse material através dos seus feedbacks.

Por isso, eu peço a sua ajuda para eu saber qual foi a sua experiência com este material, se ele supriu suas dúvidas sobre o que é legal design, e quais dificuldades ou curiosidades permanecem.



Muito obrigada pela sua colaboração!

Bibliografia

BROWN, Tim. Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Tradução: Cristina Yamagami - Edição comemorativa; Rio de Janeiro; Alta Books, 2020.

MARTINS JUNIOR, Mauro. Comunidade The legal Designer.

HAGAN, Margaret. Law by design. Disponível em: <https://lawbydesign.co/>

Conecte-se comigo:



www.linkedin.com/in/vivian-alves-advogada-legal-design



Vivian Alves



@vivian.adv



www.vivianlegaldesign.com.br



V Vivian Alves